

# XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM BRASIL TECNOLOGICAMENTE DESIGUAL

Isadora Geovana Kessler

*Colégio Bom Jesus Aparecida*

Thiago Ellert Pilz

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Eixo Temático 4 - Diversidade, inclusão, interseccionalidades e Educação

Esse texto parte de um pressuposto simples: aluno bem educado digitalmente se tornará um profissional profícuo no mundo altamente digitalizado, que se desenha como futuro. Uma vez estabelecida essa noção, abre-se espaço para nos perguntarmos: o Brasil proporciona uma educação no ramo da tecnologia que pode ser considerada igualitária? Ou podemos imaginar um futuro onde crianças e jovens, com educação digital deficitária, competirão com outros que possuem grandes capacidades de uso das tecnologias por causa de sua formação básica ter dialogado com sucesso com essa temática?

No período colonial brasileiro, a educação formal era restrita para homens brancos da elite, que formavam uma pequena parcela da população, com o intuito de manter o poder em suas mãos, enquanto a educação direcionada aos povos nativos era um processo de “domesticação” e aculturação (Mendes, Brasil Escola). A história da educação no Brasil é marcada por recortes de desigualdade. Da educação jesuítica até a escola nova varguista, apesar da melhora de índices de alfabetização, é impossível dizer que todo o Brasil viu seus cidadãos serem educados e formados. A proposta desse texto é, por meio de revisão teórica acerca da temática, entender como um Brasil desigual reflete em uma educação desigual e como as novas tecnologias perpassam essa temática.

De acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em maio de 2023, o Brasil, junto com o Congo, encontrava-se na 14<sup>o</sup> posição no ranking dos países mais desiguais segundo o Índice de Gini, um coeficiente que mede a desigualdade de distribuição e o acúmulo de renda. Os 15 primeiros países do ranking se encontram no continente africano e na América Latina, que também possui um passado colonial (Exame, 2023). No Brasil, o 1% mais rico da população ganha uma renda média mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população do país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 (Exame, 2023). Esses dados demonstram que, ainda no presente, o Brasil apresenta um amplo espectro de desigualdade. (Schneider, p. 268, 2025)

Dessa forma, apesar dos diversos programas educacionais e sociais que visam a inclusão de todas as parcelas da sociedade na educação, as “raízes” do ensino brasileiro permanecem exercendo

influência, fazendo com que dentro das escolas seja encontrado desigualdade e desamparo socioeconômico. Como exemplo dessa desigualdade na prática, em junho de 2025, um estudante de 13 anos com deficiência intelectual e microcefalia enfrentava não apenas as dificuldades da condição, mas também o abandono escolar e o preconceito por parte de colegas, em escola estadual de Terenos, Mato Grosso do Sul (Campo Grande News, 2025).

Assim, pode-se inferir que o ensino desigualitário no Brasil tem uma base muito solidificada, em que o “entra e sai” de diferentes governantes não resulta em grandes reformas educacionais. A precariedade vai além da sala de aula, tendo início nos meios de chegar até a escola, como a locomoção e meios de transporte. Em 2020, crianças ficaram sem conseguir ir à escola pois a estrada no assentamento Vale do Piranha, na Zona Rural de Nazaré, está em péssimas condições, impedindo os ônibus de chegar até as residências nesta região (G1 Tocantins, 2020), ressaltando que investimento em educação vai além das instituições educacionais.

A redistribuição de renda emerge como uma estratégia essencial para a diminuição da pobreza e a promoção da justiça social. Contudo, além das questões econômicas, o acesso equitativo a serviços essenciais — como saúde, educação e alimentação —, e a socialização da reprodução social são cruciais para garantir a efetivação dos direitos sociais. Políticas que buscam universalizar esses serviços, com foco especial nas populações marginalizadas, não apenas favorecem a inclusão social, mas também contribuem para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a articulação de ações em diversas frentes representa um caminho promissor para a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar coletivo. (Oxfam, 2024, p. 16)

Nesse sentido, o antropólogo e ex-ministro da Educação do Brasil, Darcy Ribeiro, defendia que os problemas e defasagens do sistema de educação brasileiro eram causados literalmente por políticas específicas ou pela falta delas, sendo assim, um projeto educacional de baixa qualidade, algo que se prova com o fato de que o Brasil, em 2024, foi o quarto país que menos investiu em educação (Education at a Glance, 2024).

Com isso, os brasileiros que representam a maior parcela da população, negros e pardos, continuam desamparados e fadados a um futuro com pouco ensino e de baixa qualidade. Cabe sempre lembrar a frase comumente atribuída a Darcy Ribeiro: “O Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”. Segundo Bruxel, Santos e Borghetti,

A escola não pode ser reprodutora das desigualdades sociais, ela necessita se constituir como uma instituição responsável, acolhendo a todos e propiciando aprendizagens que auxiliem na emancipação dos sujeitos. Garantir o acesso de todos à escola não significa que todos estão incluídos no processo de educação escolar, pois a verdadeira inclusão ocorre quando os alunos são acolhidos em suas necessidades e anseios. A educação é uma prática de liberdade. Por meio dela os sujeitos se libertam e se emancipam, tornando-se capazes de interferir na própria realidade. (p. 5, 2024)

Nesse ponto do texto, surge a segunda pergunta que nos atravessa. Como entra a tecnologia nesse assunto? Mais conexão ajuda a diminuir a desigualdade ou amplia os abismos que separam brasileiros de cores, gênero e rendas diferentes? Segundo Nunes, 2025:

Além da questão de conexão, cabe destacar a dificuldade de acesso às TICs. Conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 a renda média por moradores nos lares brasileiros foi de R\$1.893,00 — esse valor varia de acordo com a região; no Maranhão, por exemplo, a renda média é de R\$945,00, enquanto no Distrito Federal a média é de R\$3,357,00 (G1, 2024). Somado à baixa renda, o alto valor de aparelhos celulares e demais hardwares dificulta o acesso dos brasileiros a estas tecnologias. Eles não conseguem adquirir os aparelhos ou mesmo seguir os lançamentos do mercado e suas incessantes inovações, tendo seus bens vistos como obsoletos e disfuncionais. (p. 93)

As tecnologias da informação permitem acesso a todo um mundo novo, a maior biblioteca do mundo está ao alcance de poucos toques em uma tela. Além disso, o mundo do trabalho tem se tornado mais dinâmico e especializado. Para Harari “um caixa ou um operário da indústria têxtil que perder seu emprego para um robô dificilmente estará apto a começar a trabalhar como oncologista, como operador de drone ou como parte de uma equipe humanos-IA num banco. Não terão as habilidades necessárias” (2018, p. 43).

Nesse sentido, a educação tecnológica e suas respectivas desigualdades podem impactar de forma diversa diferentes segmentos da população brasileira. Um jovem em uma escola no centro de São Paulo com acesso a computadores diariamente terá a mesma chance de sucesso em um mercado digitalizado do que um jovem do interior nordestino cuja escola tem goteiras e livros somente para alguns alunos? A realidade brasileira nesse sentido se desenha bastante cruel. Proibir a tecnologia não nos parece um caminho acertado, uma vez que o mundo se desenha para ser mais conectado, de forma que a educação digital é cada vez mais importante. Já existe legislação que trabalha nesse sentido. Conforme guia sobre a temática disponibilizado pelo Ministério da Educação: “A educação digital escolar, conforme definida pela PNED (Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023), compreende o conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania digital na contemporaneidade” (MEC, p. 7, 2025). Para integrar todos os alunos é necessário um cuidado amplo e atento a casos onde a desigualdade social impede o aprendizado tecnológico, ainda conforme a proposta do MEC, enxerga-se uma

necessidade de promover o uso seguro, pedagógico e equilibrado das tecnologias digitais, reconhecendo seu papel crescente na educação, mas também seus riscos, especialmente à saúde mental, ao bem-estar e à convivência escolar. As diretrizes visam orientar políticas escolares, currículos, formação docente e monitoramento institucional, promovendo um uso mais intencional e ético das tecnologias. (p. 13, 2025)

Com essa perspectiva, depreende-se que o Brasil é um país historicamente desigual, em que desde o momento de sua ocupação pelos portugueses, a desigualdade marcou presença. Desde então, construíram-se estruturas sociais que constantemente trabalhavam para privilegiar determinados grupos em detrimento de outros. Nesse contexto, a educação, que deveria ser o principal meio de igualar os brasileiros, independente de cor, raça e gênero, acaba por ser um meio no qual a desigualdade é agravada, dividindo ainda mais a população. No século XXI, o mundo digital trouxe outras dinâmicas, e um novo reequilíbrio para pensar essas questões: ao mesmo tempo que propunha democratizar o

acesso à informação, facilitando seu acesso a poucos toques de qualquer lugar do mundo, a revolução tecnológica e digital também produz seus marginalizados, evidenciando desigualdades em um claro recorte de acesso, que redesenha as fronteiras de classe social, gênero, raça e região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Desigualdade; Tecnologia; Inclusão; Escolas.

## REFERÊNCIAS

BRUXEL, Carla Maria Leidemer; SANTOS, Ana Paula Rannov dos; BORGHETTI, Jéssica Puhl Dalberto. História da Educação brasileira: desigualdade social e qualidade de ensino. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n° 29, 13 de agosto de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/29/historia-da-educacao-brasileira-desigualdade-social-e-qualidade-de-ensino>. Acesso em 06 out. 2025;

Campo Grande News. "Mãe denuncia bullying e falta de apoio para filho com deficiência em escola", **Campo Grande News**, 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/direto-das-ruas/mae-denuncia-bullying-e-falta-de-apoio-para-filho-com-deficiencia-em-escola>. Acesso em: 06 out. 2025;

G1 Tocantins. "Crianças ficam sem ir à escola porque estrada ruim não deixa ônibus chegar em assentamento", **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/03/11/criancas-ficam-sem-ir-a-escola-porque-estrada-ruim-nao-deixa-onibus-chegar-em-assentamento.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2025;

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018;

MENDES, Rafael Pereira da Silva. "Educação no Brasil"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>. Acesso em: 07 out. 2025;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação digital e midiática**: Como elaborar e implementar o currículo nas escolas. 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guia\\_eddigital\\_versofinaloficial.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guia_eddigital_versofinaloficial.pdf). Acesso em: 06 out. 2025;

NUNES, Júlia Maria. Desigualdade de acesso às tecnologias. p. 93-104. In: SILVA, Mozart Linhares; SCOTTA, Larissa. **Desigualdades**: uma reflexão necessária em sala de aula. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025;

OXFAM. **Um retrato das desigualdades brasileiras**: 10 anos de desafios e perspectivas. 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/10-anos-de-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 05 out. 2025;

SCHNEIDER, Cícero Augusto Richter. Educação e desigualdade no Brasil. p. 267-282. In: SILVA, Mozart Linhares; SCOTTA, Larissa. **Desigualdades**: uma reflexão necessária em sala de aula. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025;